

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 541.829 - SP (2019/0319850-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : RENATO TEIXEIRA
ADVOGADO : RENATO TEIXEIRA - SP361886
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIPE FRAZZON DE FARIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de FELIPE FRAZZON DE FARIA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim relatado (fls. 28/29):

Habeas Corpus impetrado por Renato Teixeira, em benefício de Felipe Frazzon de Faria, com pedido liminar, objetivando a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

Alega ausência dos pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal e que a decisão de primeiro grau carece fundamentação idônea, porquanto calcada na gravidade em abstrato do delito supostamente cometido, bem como não embasada em elementos concretos.

Sustenta que a manutenção da custódia ofende o princípio da presunção de inocência.

Aduz ser o paciente primário, de bons antecedentes e, mesmo condenado, seria fixado regime prisional mais brando que o fechado. Ressalta que ato infracional não pode ser considerado como Maus Antecedentes. Felipe Frazzon de Faria, bem como Jones Pereira de Alcântara, tiveram a prisão preventiva decretada e respondem por infração, em tese, ao disposto no artigo 33, "caput", da Lei n. 11.343/06.

Ao que consta, o paciente e Jones Pereira de Alcântara foram detidos em local conhecido como ponto de comércio de drogas, na posse de entorpecentes, caderno de anotações, celulares e certa quantia em dinheiro.

Indeferida a liminar (fls. 49/50).

Prestadas informações (fls. 53/55).

A d. Procuradoria Geral de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 59/62).

É o relatório.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva deve ser revogada, sob a alegação de que não houve a prática do crime imputado e ausência de fundamentação idônea, sendo ilegal considerar ato infracional como Maus Antecedentes.

Superior Tribunal de Justiça

Alega, ainda, a desproporcionalidade em comparação com futuro provimento condenatório, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido requer a revogação da prisão preventiva, ou ao menos substituição da custódia por medidas cautelares alternativas à prisão.

A liminar foi indeferida (fls. 59/63).

As informações foram prestadas (fls. 69/88).

O parecer do Ministério Público Federal foi pela não concessão da ordem (fls. 90/92).

Na origem, o Processo n. 1501620-71.2019.8.26.0530 encontra-se na fase de memórias, conforme informações obtidas por contato telefônico com a Quarta Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP, na data de 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Além disso, a matéria relativa à desproporcionalidade não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 27/32. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva assim dispôs (fls. 52/53):

[...] A prisão em flagrante apresenta-se regular. Com efeito, de acordo com os relatos dos condutores dos presos, estes foram detidos, **em local conhecido como ponto de tráfico, trocando duas sacolas, no interior das quais foram encontrados 129 cápsulas contendo cocaína, 26 porções da droga maconha, 5 kits contendo 01 isqueiro, 01 papel seda e uma porção de maconha, 38 embalagens de seda, 8 isqueiros, 2 correntes amarelas, um caderno com anotações, a quantia de 798,00, além de 22 celulares em mal estado de conservação e 340,00 na residência de Felipe**, o que, neste primeiro momento, de fato, caracteriza indícios suficientes de que a droga se destinava à comercialização. Ainda, de acordo com os mesmos relatos, o acusado Jones era bastante conhecido por ser "chefe" do tráfico na região e era responsável pelo recolhimento da venda de drogas, tudo indicando habitualidade na prática e até indicando possível associação entre os acusados. Logo, a prisão em flagrante é legal, não sendo caso de seu relaxamento. Não cabe, outrossim,

liberdade provisória no caso em apreço. Como visto, há prova da ocorrência do delito e indícios suficientes de que os investigados sejam seus autores, de modo que estão presentes os pressupostos à decretação da prisão preventiva. Além disso, o delito apurado é punido com pena superior a 4 anos de reclusão, razão pela qual está cumprido o requisito objetivo estabelecido no artigo 313, I, do CPP, necessário a decretação da aludida espécie de prisão provisória. Também estão presentes os fundamentos da custódia cautelar. Com eleito, a infração é de extrema gravidade, equiparada a crime hediondo, e indica a alta periculosidade e desajuste social de seus autores, o que recomenda a custódia cautelar para resguardo da ordem pública, evidenciando, ademais, a absoluta insuficiência de qualquer outra medida cautelar alternativa à prisão. Não se desconhece a jurisprudência no sentido de que a gravidade do crime em abstrato é insuficiente, por si só, para justificar a prisão preventiva. **Ocorre que, no caso concreto em análise, pode-se observar que a conduta dos indiciados, de trazer consigo considerável quantidade de drogas, de espécies diversas, entre elas cocaína, de nocividade sabidamente elevadíssima, ao que tudo indica, para fornecimento a terceiros, conforme relatos contidos no auto de prisão em flagrante, revela sua periculosidade e, consequentemente, a necessidade de sua prisão para a salvaguarda da ordem pública.** É que, conforme ressabido, o tráfico de drogas é delito causador de verdadeira destruição social, pois além de atingir de modo devastador a saúde de um número indeterminando de pessoas, fomenta várias outras espécies de delitos, como roubos, furtos e até mesmo homicídios, sendo evidente a necessidade da custódia cautelar de seus autores para a preservação da paz social e, logicamente, da ordem pública. Salienta-se, por fim, que o restabelecimento da ordem pública e a pacificação social são finalidades precípuas do processo criminal, de modo que a prisão provisória decretada com base nos fundamentos explicitamente expostos acima, é dotada de caráter eminentemente cautelar, pois visa justamente a assegurar o resultado útil do processo criminal acima mencionado. **Acrescenta-se a isso, que o investigado Felipe, quando menor de idade, cumpriu medida socioeducativa de liberdade assistida por ato infracional correspondente ao tráfico de drogas, conforme consta de sua folha de antecedentes e conforme ele próprio informou em suas declarações, circunstância que indica reiteração de tal espécie de conduta socialmente danosa.** Ante o exposto, indefiro o pedido da defesa, e, nos termos do art. 310, inciso II, do Código de Processo Penal, CONVERTO a prisão em flagrante de JONES PEREIRA DE ALCÂNTARA e FELIPE FRAZZON DE FARIA, qualificados nestes autos, em prisão preventiva, com fulcro nos artigos 312 e 313 do mesmo Código. [...].

Como se vê, consta na decisão de prisão referência à gravidade concreta, evidenciada na quantidade e diversidade de drogas apreendidas, 93g de cocaína e 41g de maconha (fl. 45), bem como na reiteração delitiva pela indicação de pretérito ato infracional análogo ao crime de tráfico de entorpecentes. Nota-se,

portanto, que foram apresentados fundamentos que devem ser considerados idôneos.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, inclusive ato infracional, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO. SIGNIFICATIVA QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INADEQUAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA.

[...]

2. Na espécie, a custódia cautelar do recorrente está fundamentada, em primeiro lugar, na real gravidade da conduta imputada a ele, qual seja, a de que seria destinatário de, aproximadamente, 15kg (quinze quilogramas) de maconha, motivação capaz de justificar a imposição do cárcere.

3. Em segundo lugar, as instâncias ordinárias também apontaram como fundamento para a imposição da medida extrema o fato de o recorrente já ter sido condenado pelo crime de roubo, cuja pena, ao que tudo indica, ainda não foi integralmente cumprida.

4. Conforme pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a preservação da ordem pública justifica a imposição da custódia cautelar quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. Precedentes.

5. Nesse contexto, mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere, porque insuficiente para resguardar a ordem pública.

6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 113.422/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO,

Superior Tribunal de Justiça

SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 23/10/2019)

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento do *habeas corpus*.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator